



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

REFERÊNCIAS PARA A ESCOLHA ALIMENTAR: RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E QUALIDADE EM QUESTÃO

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Prof. Dr. ESALQ/USP

pmarques@esalq.usp.br

Introdução

Esta comunicação visa discutir em que medida o debate contemporâneo sobre a sustentabilidade permite erguer o conhecimento sobre a agricultura para um patamar mais elevado em termos das referências de qualidade para a escolha alimentar. Nossa hipótese admite a existência de uma latente insatisfação com a alimentação industrial por parte tanto de agricultores quanto de cidadãos, com potencial de fermentação de iniciativas sociais e ambientais inovadoras no campo agroalimentar. É evidente que a industrialização da agricultura e da alimentação apagou da memória em torno dos alimentos sua procedência. Com efeito, a agricultura moderna se funda em processos de homogeneização das paisagens agrárias e dos territórios rurais, com impactos sobre a redução da biodiversidade alimentar e sobre o conhecimento da atividade agrícola pelo consumidor urbano.

Para tal reflexão, este texto apresenta em primeiro lugar uma releitura de processos que possam contribuir com a análise do fenômeno atual de negligência com a procedência territorial dos alimentos, em especial no que se refere aos sistemas e práticas agrícolas. Convém assim considerar desde as raízes profundas da civilização ocidental passando pelo debate em torno da revolução industrial e do destino dos camponeses até chegar às lógicas do produtivismo, impulsionado pela revolução verde e modernização da agricultura. Em segundo lugar, o trabalho lança luzes sobre as conseqüências das críticas contra o sistema agroalimentar mundial dominante, tomando notadamente em conta seu papel enquanto propulsor de mudanças no capitalismo. Enfim, nossa intenção consiste em explorar elementos pertinentes obtidos em pesquisas



recentes a fim de discutir iniciativas e concepções que permitam examinar as resistências culturais contra uma estandardização alimentar. Aqui, trata-se particularmente de pesquisas financiadas pelo CNPq e pela FAPESP que focalizam estratégias da agricultura familiar da região de Piracicaba e do Vale do Ribeira, ambos em São Paulo.

Modernização e industrialização da agricultura: negligências com as especificidades da atividade agrícola

Nesta parte do texto, apresentaremos idéias que permitam estabelecer uma base para a reflexão sobre o problema em foco. Nesta linha, podemos lembrar autores já clássicos nas ciências sociais, tal como Norbert Elias. Em seus estudos sobre o processo civilizador, este pensador de grande envergadura trata da evolução do conceito de civilidade, o que permite assinalar que uma marca maior das mudanças civilizatórias se refere ao menosprezo das atitudes e práticas humanas que possam lembrar o pertencimento do homem ao reino animal. O ser humano passa cada vez mais a ocultar ou sofisticar suas atividades fisiológicas vitais, de tal modo que a sensação de separação do homem em relação ao mundo natural torna-se crescente. Este fenômeno reforça de uma maneira decisiva a visão segundo a qual Deus teria criado o mundo para a satisfação do homem. Esta concepção de mundo foi notadamente analisada por Sergio Buarque de Holanda (2000) em seus trabalhos em torno das motivações dos portugueses (a busca do paraíso) para explorar o novo mundo, “descobrimo”.

Nas dinâmicas da civilização ocidental, a conduta camponesa — o camponês visto como aquele que se situa na fronteira entre o mundo civilizado e o mundo selvagem — representa algo desprezível, inconciliável com a civilidade. Em obras de boas maneiras (notadamente aquelas de Erasmo de Rotterdam) analisadas por Norbert Elias, o comportamento animalesco é freqüentemente associado à forma de vida camponesa: “os que levantam e fungam repugnantemente sobre os pratos, como se fossem suínos, pertencem à classe dos animais do campo” ou “mergulhar no molho o pão que mordeu é comportar-se como um camponês...” (ELIAS, 1995).



Esta herança cultural da civilização ocidental favorece a idéia de que a atividade agrícola pertence a um setor atrasado (SERVOLIN, 1989) e que a condição camponesa deva ser totalmente superada. Este atraso está associado a um traço inevitável da produção animal e vegetal, dependente de fatores inerentes aos seres vivos e aos ciclos naturais. A revolução industrial despertará uma perspectiva segundo a qual a agricultura poderia se civilizar, assim como o rural poderia desaparecer. Tratava-se de subordinar a atividade agrícola às lógicas industriais — mesmo que autores engajados em estudos sobre as estratégias das grandes empresas agroalimentares, tal como John Wilkinson (2002), lembrem da irredutibilidade da agricultura ao processo de industrialização — e de transformar o rural sob as referências urbanas.

Neste quadro, vale a pena destacar que mesmo pensadores marxistas implicados em processos de profundas mudanças sociais, tais como Lênin (1982) ou Kautsky, consideraram o caso inglês, berço da revolução industrial, como aquele que poderia orientar as transformações da agricultura. O tripé “exploração capitalista, grande propriedade e trabalho assalariado” foi concebido como o meio indispensável para a incorporação do progresso técnico e para o crescimento da produção agrícola. Estes dois autores conceberam uma inevitável proletarização e industrialização em torno da agricultura com a modernização social. Porém, Kautsky (1980) apresentará mais dúvidas sobre o processo, observando a extraordinária resistência camponesa.

Mesmo que seja possível assinalar que, em certos países industrializados, tenha havido tentativas políticas de preservação da agricultura familiar, estas iniciativas se conformaram à concepção produtivista industrial (RÉMY, 2004). É esta última orientação que prevaleceu (e prevalece) no longo prazo em torno dos sistemas agroalimentares modernizados e em vias de modernização.

É ainda ilustrativa desta perspectiva industrial-produtivista a corrente funcionalista no Brasil dos anos 1960-70. Autores, como Antonio Castro de Barros (1988), consideravam que a agricultura brasileira cumpria as funções que lhe eram esperadas. Nesta ótica, a agricultura desempenha papéis estritamente subordinados às lógicas do desenvolvimento industrial. Assim, as funções realçadas diziam respeito à geração e permanente ampliação de excedentes de alimentos e matérias primas agrícolas, liberação de mão-de-obra, criação de mercados e transferência de



capitais. Convém observar que todas estas funções podem se resumir a apenas uma, aquela de favorecer o desenvolvimento urbano-industrial. A elevada produção alimentar é concebida para diminuir os preços dos alimentos, evitando uma pressão da alimentação no sentido do aumento dos salários dos trabalhadores das cidades. Paralelamente, esta produção deve atender também com abundância e preços baixos as necessidades da indústria alimentar. Nesta lógica, tanto salários urbanos contidos quanto abundante oferta de matéria-prima agrícola permitem maior margem de lucratividade para a indústria. A força de trabalho liberada é vista por estes economistas como aquela que será recrutada pelo setor industrial em crescimento. Por outro lado, uma agricultura menos empregadora depende de mais insumos, máquinas e equipamentos industriais, o que favorece a expansão de mercados a montante da atividade agrícola. Enfim, a transferência de renda da agricultura para a indústria é considerada como um imperativo para garantir os investimentos desta última.

Esta perspectiva modernizante não inclui problemas sociais no âmbito do setor agrícola, pois são considerados como “externos à agricultura”. De outra parte, os desgastes ambientais desta agricultura produtivista e industrial não são objeto de reflexão, na época.

Convém também mencionar que a subordinação da agricultura à indústria foi estudada sob as luzes de conceitos tais como aqueles muito relevantes dos complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1996), do apropriação ou do substitucionismo (GOLDAMAN, SORJ e WILKINSON, 1990). Estes dois últimos se referem às estratégias das indústrias agroalimentares, por um lado, de se apropriar de elementos dos processos rurais de produção e de reincorporá-los à agricultura como insumos ou meios de produção. Este fenômeno pode ser pensado em termos da mecanização enquanto primeira etapa de uma apropriação externa aos ciclos biológicos e, depois, estes últimos mesmos passam a ser objeto deste apropriação, notadamente com o domínio industrial sobre as sementes, seu patenteamento sendo muito ilustrativo deste processo, que culmina com as disputas em torno da transgenia (ZANONI e FERMENT, 2011). A noção de substituição se refere às estratégias da indústria alimentar em reduzir a participação econômica e material dos produtos agrícolas na composição do alimento industrial final (WILKINSON, 2002), evitando,



quanto possível, dependências em termos de fornecimento da agricultura, com grau elevado de incertezas.

Enfim, oportuno igualmente lembrar que a diversificação dos produtos alimentares industriais não se funda na matéria-prima agrícola. Ao contrário, esta última deve ser muito padronizada, atendendo as exigências de rigorosos critérios técnicos industriais. Portanto, a diferenciação de produtos ocorre tardiamente no processamento industrial (LACOMBE, 2002), permitindo a oferta de uma gama importante de alimentos industrializados elaborados com a mesma matéria-prima agrícola.

Crítica socioambientalista ao produtivismo industrial na agricultura

Nesta parte deste trabalho, é possível tomar como ponto de partida a idéia de que a visão funcionalista, que limita o papel da agricultura a suporte do desenvolvimento industrial, é contraposta mais recentemente pela noção de multifuncionalidade da agricultura. Representativa da reflexão crítica sobre a modernização da agricultura, a idéia de multifuncionalidade germina no campo de debates sobre o desenvolvimento sustentável. É na Eco92 no Rio de Janeiro que o termo passa a ser considerado na reflexão sobre o papel da agricultura (SABOURIN, 2005) .

Esta noção se disseminou rapidamente, conhecendo muita acolhida nos países nos quais a agricultura persiste graças a uma escolha social em favor de uma forte sustentação da atividade agrícola. Por exemplo, entre os países amigos da multifuncionalidade (MALUF, 2002), a Noruega apresenta o maior custo mundial de produção de leite. Portanto, apenas subsídios públicos permitem ao agricultor norueguês se manter na atividade. Porém, sua presença em diferentes pontos do território deste país é vista como uma forma de manter um dinâmico tecido social, uma típica paisagem rural ou uma rica fonte de renovação de tradições culturais, inclusive em termos gastronômicos.

É por estas razões que a noção conhece em outros países, além da Noruega, considerável difusão. Na França, notadamente graças a uma política com curta duração, houve intenso debate sobre a reorientação da intervenção pública em favor de uma



agricultura multifuncional. Trata-se dos contratos territoriais de estabelecimento (em francês, *contrats territorials d'exploitations*, CTE), que reconhece os múltiplos papéis da agricultura, muito além daqueles estritamente produtivos. Os CTE constituíram uma adaptação francesa em relação às regulamentações europeias do “desenvolvimento rural”, desde os anos 1990 o segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC). Enquanto resposta ao estado de crise em que se encontra o modelo de desenvolvimento agrícola dos anos 1960, os CTE podem ser interpretados, apesar de sua vida curta, como uma ferramenta maior na perspectiva de um desenvolvimento sustentável (ROUX e BOINON, 2010), tomando em conta uma série de críticas contra as negligências do produtivismo agrícola em termos, por exemplo, do zelo com a paisagem agrária e com o espaço natural, da vitalidade do mundo rural, da qualidade e segurança dos gêneros alimentares, da proteção do meio-ambiente e do cuidado com o bem-estar dos animais.

Esta contestação na França contra o produtivismo na agricultura pode ser ilustrada a partir das mensagens da segunda maior confederação de agricultores no país, a Confederação Camponesa (*Confédération paysanne*, CP). Esta organização sindical veicula idéias tais como aquela segundo a qual a agricultura moderna imposta pelos países mais industrializados leva a uniformização alimentar cujos efeitos destruidores se associam à banalização da atividade agrícola, cada vez mais industrial, ao desaparecimento da agricultura de base familiar e à perda dos sabores regionais (MORUZZI-MARQUES e BLEIL, 2000).

Para o caso do Brasil, Roberto José Moreira (2000) concebeu uma tipologia da crítica à revolução verde, muito pertinente para esta reflexão. Tal estudo corresponde, em alguma medida, a uma abordagem que destaca o papel da crítica enquanto mola propulsora das mudanças no capitalismo, concebendo igualmente diferentes tipos de críticas (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Em seu estudo, Moreira aponta para três tipos de críticas, a técnica, a social e a econômica. Em rápidas palavras, a primeira se refere à negligência com as especificidades biológicas da atividade agrícola. O segundo tipo de crítica diz respeito às mazelas sociais brasileiras em razão da concentração da propriedade fundiária, reforçada com o processo de modernização conservadora, com repercussões duráveis em termos da desvalorização do trabalho de modo geral e, particularmente, na agricultura. Enfim, a terceira vertente é aquela que salienta a



dependência da agricultura moderna ao petróleo, com conseqüências dramáticas em termos de aumento constante do custo de produção alimentar (MOREIRA, 2000).

As crises recorrentes de explosão de preços dos alimentos favorecem a difusão das vozes críticas ao sistema mundial agroalimentar. É neste rastro que propagam idéias em favor de uma soberania alimentar, em meio a concepções concorrentes de combate à fome, de desenvolvimento rural e de abastecimento dos mercados alimentares (MORUZZI MARQUES, 2010). Esta noção se contrapõe a uma perspectiva de fundar o sistema agroalimentar em premissas associadas ao desenvolvimento do comércio internacional de produtos agrícolas enquanto meio mais eficaz para o incentivo da modernização da agricultura e para o abastecimento da população mundial em alimentos. A concepção de soberania alimentar se enraíza no reconhecimento das agriculturas locais, aquelas que mobilizam profundamente os recursos naturais disponíveis, são praticadas por agricultores familiares e se orientam para uma produção alimentar destinada aos mercados regionais.

Convém lembrar que a noção de soberania alimentar é mobilizada pela Via Campesina, organização fundada em 1992 com vistas a representar agricultores familiares e camponeses de todo o planeta. Esta organização internacional recusa a idéia segundo a qual a segurança alimentar possa ser alcançada com uma oferta abundante de produtos alimentares baratos. Deste modo, propõe a defesa vigorosa das agriculturas locais em suas múltiplas vocações.

Neste âmbito, é possível identificar autores que igualmente defendem a soberania alimentar a partir de diferentes pontos de vista. Representando uma visão ligada ao desenvolvimento da agricultura orgânica, Miguel Altieri (2008) acredita que a noção de soberania alimentar permite reforçar os circuitos curtos alimentares, as ações organizadas com vistas a obter acesso aos recursos produtivos e a produção agroecológica. Em favor da ecogastronomia, Carlo Petrini (2006), presidente internacional do movimento Slow Food, estima que a soberania alimentar leva a associar os prazeres da mesa ao conhecimento das diversidades culturais em torno da atividade agrícola, o que favoreceria uma agricultura mais justa e sustentável. Enfim, Marc Dufumier (2010) considera que os países devem ter direito de proteger suas agriculturas como meio eficaz para assegurar um abastecimento alimentar adaptado aos



hábitos alimentares locais e fundado nos recursos disponíveis localmente, o que corresponde a uma perspectiva de soberania alimentar e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento sustentável.

Referências emergentes para as escolhas alimentares: aportes de pesquisas realizadas no estado de São Paulo

Neste quadro, nossas atividades de pesquisas revelam diferentes iniciativas que permitem pensar no crescimento de referências alternativas para a identificação de qualidade com vistas às escolhas alimentares. Deste modo, nesta parte do texto, nossa intenção consiste em discutir resultados de cinco projetos de pesquisa que possam apoiar nossas interpretações.

No Sul de Minas Gerais, a análise das dinâmicas territoriais em torno da cafeicultura mineira (MORUZZI MARQUES e SILVEIRA, 2009), graças ao projeto “Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil”, apoiado pelo NEAD/IICA, permitiu identificar uma iniciativa pujante e, em grande medida, inédita de reorientação da atividade agrícola em razão das demandas por cuidado ambiental e por equilíbrio social associados aos produtos alimentares. Reunindo em torno de 200 filiados em 2006, a Coopfam de Poço Fundo/MG alcança uma grande valorização dos produtos por ela comercializados na medida em que integra um sistema de certificação em comércio justo e em produção orgânica. Estas certificações permitem considerar as expectativas emergentes em relação ao alimento, associadas a aspectos não diretamente aparentes ao consumidor. Este último adquire alimentos com selos desta natureza por permitir assegurar melhores condições de vida para famílias agrícolas que desempenham papéis importantes em termos culturais, sociais e ambientais. Entre as regras do comércio justo, convém lembrar a fixação de preços mínimos no longo prazo a fim de reduzir os riscos dos pequenos agricultores diante das flutuações de mercado, a proposta de uma remuneração acima do preço de mercado, a incitação a uma maior aproximação entre produtores e consumidores e uma ampla divulgação de informações para os atores



implicados no sistema. Portanto, a escolha do consumidor aqui deve tomar em conta uma dimensão cidadã, considerando o interesse público antes do estritamente privado.

Em São Pedro, a realização da pesquisa “Dinâmicas da agricultura familiar em Piracicaba e região: estudo de processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção”, apoiada pelo CNPq, permitiu constatar a existência de referenciais de qualidade para a escolha alimentar com pouca visibilidade nos espaços públicos brasileiros. Mesmo no estado mais industrializado do país, é possível observar um espírito crítico em relação ao domínio industrial no campo agroalimentar. Neste município, a criação de uma cooperativa de agricultores familiares (COOPAMSP), que foi precedida da fundação de uma associação e de um laticínio, favorece muitas iniciativas que reforçam os laços territoriais da agricultura local. Estes últimos podem ser concebidos como meios que conferem visibilidade e reconhecimento às especificidades culturais, ambientais e sociais de um território determinado (PECQUEUR, 2005), em particular neste caso acerca das atividades agrícolas e alimentares. De uma perspectiva da economia do território, os processos de especificações territoriais podem ser pensados como uma resposta vigorosa a uma globalização homogeneizante.

A propósito, convém realçar aqui que entrevistas realizadas junto aos consumidores de uma feira local de produtores locais permitem observar um reconhecimento da importância da agricultura familiar na região, cujos produtos são considerados saudáveis e confiáveis. Assim, existe uma boa imagem da agricultura alimentar local (o que difere da visão sobre o cultivo canavieiro em expansão, associado notadamente à degradação do meio-ambiente e a problemas de saúde) e da diversidade de alimentos que são comercializados na feira (MORUZZI MARQUES; LUCAS; SARMENTO, 2010).

Por outro lado, a COOPAMSP integra uma “rede de consumo responsável” que, sob a coordenação do Instituto Terra Mater, visa “favorecer a compra coletiva de produtos da agricultura familiar que tenham preocupação ecológica no processo de produção, na região de Piracicaba” (ver <http://www.terramater.org.br/rede/>). Nesta perspectiva, esta rede mobiliza notadamente possibilidades inovadoras em torno das ferramentas existentes nos meios de comunicação eletrônica com vistas a aproximar



consumidor e produtor. Com efeito, trata-se de arranjos emergentes em termos de acesso ao alimento que revelam insatisfações e procura inventiva de formas de aquisição alimentar, o que permite pensar em construções alternativas de referências de qualidade para a alimentação.

No Vale do Ribeira, a realização do projeto de pesquisa “Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira/SP”, financiado pela FAPESP, forneceu elementos para examinar iniciativas fundadas notadamente na idéia de um desenvolvimento sustentável. Projetos em torno de agrofloresta, reserva extrativista e café caiçara compõem a base de uma rede de colaboração com vistas ao crescimento do agroturismo familiar. A gastronomia desempenha um papel importante nestas iniciativas, claramente associada a preocupações ambientais. A título de exemplo, a concepção de uma acolhida em sítio que oferece como atrativo um “café caiçara” reforça uma visão em favor da biodiversidade alimentar, apontando para os sabores pouco conhecidos da Mata Atlântica. Paralelamente, trata-se de reconhecer o papel cultural de grupos sociais marginalizados dos processos de desenvolvimento, tal como os caiçaras e quilombolas (MORUZZI MARQUES e NAREZI, 2010).

Em Analândia, foi possível examinar o caso de uma iniciativa de agroturismo que permitiu a uma família de agricultores encontrar meios de valorizar seus produtos alimentares, graças a sua identificação com processamentos artesanais e com conhecimento de procedência. Embora seja uma região com muito apelo turístico, a expansão da cana asfixia iniciativas agrícolas que possam explorar as tipicidades deste território. O exemplo mencionado permite observar que o engajamento em alternativas à produção canavieira pode representar uma solução propícia, agricultura e gastronomia estando estreitamente ligadas: a base deste investimento em agroturismo consiste em restaurante rural cujo retorno, segundo nosso interlocutor, oferece muito mais satisfação, pessoal e mesmo financeira, que o arrendamento de terras para o plantio de cana (MORUZZI MARQUES e OLIVEIRA, 2010).

Enfim, o desenvolvimento do projeto “ Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas” (tendo apoio do CNPq) levou a focalizar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em termos de



políticas públicas, este programa comporta inovações consideráveis em termos de reconhecimento da qualidade dos produtos agrícolas. A idéia de aquisição de alimentos destinados a grupos sociais vulneráveis é concebida notadamente a partir do incentivo de formas sustentáveis de produção e comercialização de alimentos básicos e da valorização das características regionais no consumo e no abastecimento alimentar em âmbito local. Com a introdução de mecanismos simplificados de aquisição de alimentos na esfera pública, este programa favorece o escoamento de produtos diretamente pelos agricultores familiares e suas organizações, conferindo maior visibilidade a outro padrão de reconhecimento de qualidade alimentar.

A simplificação dos mecanismos de compra de produtos da agricultura familiar pelo poder público, propiciada, portanto, no âmbito do PAA, teve como um de seus desdobramentos recentes a aprovação, em 2009, da Lei da Alimentação Escolar, que estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atendimento à alimentação escolar deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente de agricultores familiares ou de suas organizações, com prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (SCHMITT, 2005).

Nos assentamentos considerados por nossa pesquisa, o PAA representa a forma mais importante de escoamento da produção. O programa oferece igualmente estímulos à diversificação produtiva e a cultivos muito adaptados aos trópicos, cuja produção atende em grande medida a perspectivas agroecológicas (KHATOUNIAN, 2001). Desta maneira, trata-se de uma política pública que veicula outro referencial (MULLER, 1990) para a agricultura e para o consumo alimentar.

Conclusões

A retomada da idéia de uma ecogastronomia nos parece pertinente para concluir este trabalho. Nesta ótica, os prazeres ao degustar sabores diversos podem ser potencializados com o conhecimento pormenorizado de sua procedência e de seu modo



de produção. Assim, a alimentação é interrogada sobre seu papel na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Cada vez mais, a crítica ao produtivismo agrícola leva a um debate e reflexão que parecem contribuir para uma alteração dos padrões aceitos de qualidade em torno dos alimentos. Evidentemente, o predomínio dos modelos agrícolas industriais e produtivistas de oferta alimentar limita mudanças aceleradas neste campo.

Porém, um descontentamento com o alimento convencional e uma procura por referências para escolhas alimentares fundadas no conhecimento das práticas agrícolas e das estruturas de produção favorecem agricultores dispostos a um engajamento em sistemas agrícolas de tipo multifuncional. Estes últimos constituem uma resposta, caracterizada em primeiro lugar pela diversidade (cujas particularidades mereceriam estudos mais amplos), a emergentes demandas ambientais, sociais e culturais em torno do alimento.

Bibliografia

ALTIERI, Miguel (2008), “A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira”, *Agência Carta Maior*, disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm>, último acesso em 5 de maio de 2008.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

CASTRO, Antonio Barros (1988), *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

DUFUMIER, Marc (2010), “Agricultura e desenvolvimento sustentável”, in MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (org.), *Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais*, Série Pesquisa, Piracicaba: LES/ESALQ/USP.

ELIAS, Norbert (1995), *O processo civilizador: uma história dos costumes*. São Paulo: Jorge Zahar.



GOLDAMAN, David; SORJ, Bernard e; WILKINSON, John (1990), *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus.

GRAZIANO DA SILVA, José (1996), *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Campinas: UNICAMP.

HOLANDA, Sergio Buarque de (2000), *Visão do paraíso, os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo : Brasiliense.

KAUTSKY, Karl (1980), *A questão agrária*, São Paulo: Proposta Editorial.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio (2001), *A reconstrução ecológica da agricultura*, Londrina: IAPAR e Botucatu: Agroecológica.

LACOMBE, Philippe (2002), *L'agriculture à la recherche de ses futurs*, Paris: L'Aube/Datar.

LENIN, Vladimir Ilitch (1982), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia : o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo : Abril Cultural

MALUF, Renato (2002), “O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa”. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John (org.), *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq e Paralelo 15, pp. 301-328.

MOREIRA, Roberto José (2000), “Críticas ambientalistas à Revolução verde”, *Estudos sociedade e agricultura*, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 39-52.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e BLEIL, Susana Inez (2000), “A identidade cultural desafia a globalização : o desabafo dos agricultores franceses”, in *Estudos sociedade e agricultura*, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 158-177.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e SILVEIRA, Miguel Angelo (2009), “Impactos das novas representações de qualidade alimentar sobre as dinâmicas territoriais e a cafeicultura familiar do Sul de Minas Gerais”, in *Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*, nº 9, Belém: UFPA, pp. 105-120.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir de; SARMENTO, Gustavo (2010), “Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de



consolidação de um sistema agroalimentar localizado?”, Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, Curitiba: UFPR.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e NAREZI, Gabriela (2010), “O agroturismo familiar em Cananéia, no Vale do Ribeira/SP: multifuncionalidade da agricultura em questão”, VII Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre: UFRGS.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17 (2), Campinas: UNICAMP, pp. 78-87.

MULLER, Pierre (1990), *Les Politiques publiques*, Paris: Presses Universitaires de France.

PECQUEUR, Bernard (2005), “O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul”, *Raízes*, nº 1 e 2, vol. 24, Campina Grande: UFCG, pp. 10-22.

PETRINI, Carlo (2006), *Bom, propre et juste: éthique de la gastronomie et souveraineté alimentaire*, Gap/França: Édition Yves Michel.

RÉMY, Jacques (2005), “Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 12, fascículo 1, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

ROUX, Bernard e BOINON, Jean Pierre (2010), “A incorporação do desenvolvimento sustentável nas políticas agrícolas e rurais na França”, in MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (org.), *Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais*, Série Pesquisa, Piracicaba: LES/ESALQ/USP.

SABOURIN, Eric (2005), “Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 13 nº 2, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 161-189.

SCHMITT, Claudia Job (2005), “Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional”. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV, nº 2, Brasília: SNPA/CONAB, p. 78-88.



SERVOLIN, Claude (1989), *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil.

WILKINSON, John (2002), “Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 18, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 147-174.

ZANONI, Magda e FERMENT Gilles (2011), *Transgênicos para quem? Agricultura, ciência e sociedade*, Brasília: MDA.